

RADAR TRABALHISTA

CPRT
COMISSÃO DE
POLÍTICA DE
RELAÇÕES
TRABALHISTAS

CBIC



Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC

Ano 4 – Número 215 – 06/09 à 10/09/2021

Sumário

- *Destaque da Semana*
- *Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)*
- *Notícias do Executivo*
- *Ministério Público do Trabalho*
- *Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho*
- *Outras Notícias*
- *Atos Normativos*
- *Dados estatísticos de Fiscalização*

Destaque da Semana

[Acúmulo de adicionais é vedado pela Constituição, decide TST](#)

Consultor Jurídico - 08/09/2021

A cumulação dos adicionais de insalubridade e de periculosidade é vedada pela Constituição Federal, ainda que os fatos que os gerem não tenham qualquer relação entre eles. Com esse entendimento, a 2ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho reconheceu a impossibilidade de um mecânico de uma companhia ferroviária receber os dois benefícios. De acordo com o colegiado, o trabalhador deverá optar na fase de liquidação da sentença pela parcela que entender ser mais favorável.

Para ler na íntegra [clique aqui](#)



Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[Auxiliar que usava explosivo para descobrir jazidas de gás e petróleo receberá adicional de periculosidade](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 10/09/2021

A Oitava Turma do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou o recurso de revista da Rosnef Brasil E&P Ltda. contra decisão que concedeu o adicional de periculosidade a um auxiliar de serviço de campo que fazia transporte de explosivos. Segundo o colegiado, mesmo ausente a perícia técnica, havia elementos nos autos que comprovavam as condições de risco a que o empregado ficava exposto.

[Participação de petroleiro em reuniões de segurança contará como tempo à disposição do empregador](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 09/09/2021

Na reclamação trabalhista, o petroleiro disse que os Diálogos Diários de Segurança (DDS) ocorriam antes do início da jornada e duravam 30 minutos. Também havia reuniões semanais de segurança, de uma hora e 40 minutos, e treinamentos de incêndio uma vez por semana, de uma hora, "dentro e fora da jornada". Com base no artigo 4º da CLT, que considera como de serviço efetivo o período em que o empregado está à disposição do empregador, aguardando ou executando ordens, ele pediu o pagamento de horas extras pelo tempo correspondente a essas atividades

[Recuperação judicial de empresa não afasta direito à estabilidade de dirigente sindical](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 09/09/2021

O relator do recurso de revista das empresas, ministro Agra Belmonte, observou que o item IV da Súmula 369 do TST afasta a estabilidade do dirigente sindical quando há extinção da atividade empresarial na base territorial do sindicato. Segundo ele, porém,

esse entendimento não se aplica ao caso, porque a extinção das sociedades empresariais tem não apenas natureza distinta da recuperação judicial, mas, também, consequências jurídicas diversas. O ministro explicou que, enquanto a extinção da empresa representa o seu fim no mundo jurídico, num processo que se assemelha à morte da pessoa natural, a recuperação judicial visa à superação do momento de crise, a fim de conservar a atividade produtiva, os interesses dos credores e os empregos dos trabalhadores, nos termos do artigo 47 da Lei de Falências (Lei 11.101/2005).



Notícias do Executivo

[Inspeção do Trabalho coordena reunião de reinstalação da CONAETI](#)

Ministério do Trabalho e Previdência - 10/09/2021

Na última quinta-feira, dia 09 de setembro, a Subsecretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) do Ministério do Trabalho e Previdência coordenou a reunião de reinstalação da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (CONAETI), tendo o evento contado com a participação do Secretário do Trabalho, Luis Felipe Batista de Oliveira. Durante o encontro, foram realizadas apresentações de três ações e iniciativas voltadas para a erradicação do trabalho infantil, entre as quais destacou-se a referente aos resultados, iniciativas e projetos da SIT voltados para o incremento das ações de combate ao trabalho infantil.

[Pesquisadores da Fundacentro apresentam projetos em Conversa Intramuros](#)

Fundacentro - 10/09/2021

A Fundacentro realizou mais uma Conversa Intramuros, encontro interno para o compartilhamento, debate e reflexões sobre projetos da instituição em andamento. Três estudos foram apresentados: “Perfil de morbidade dos trabalhadores rodoviários da região metropolitana de Salvador”; “Caminhos para a melhoria das condições de trabalho e saúde dos professores na perspectiva das políticas públicas”; e “Pintura imobiliária em condições seguras e saudáveis”. O bate-papo ocorreu em 24 de agosto, em formato virtual.

[Autoridade Nacional de Proteção de Dados e Secretaria Nacional do Consumidor lançam guia “COMO PROTEGER SEUS DADOS PESSOAIS”](#)

Autoridade Nacional de Proteção de Dados - 10/09/2021

A Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e a Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça e Segurança Pública (SENACON/MJSP) lançaram nesta sexta-feira, dia 10/09/2021, o Guia “[Como proteger seus dados pessoais](#)”, que tem como foco a conscientização do consumidor sobre a importância dos dados pessoais.

Notícias do Ministério Público do Trabalho

[MPT registra 5,3 mil denúncias de assédio moral e sexual no trabalho no País, 215 casos na Paraíba](#)

Ministério Público do Trabalho - 09/09/2021

O Ministério Público do Trabalho na Paraíba (MPT-PB) registrou 210 denúncias de assédio moral no trabalho e cinco denúncias de assédio sexual, em 2020, ano de início da pandemia (dados de 1º de janeiro a 31 de dezembro). Todas as denúncias geraram investigações no MPT e vários procedimentos de apuração, entre eles, 106 inquéritos civis (IC). As cinco denúncias de assédio sexual foram registradas contra cinco empresas diferentes na Paraíba, entre elas, um banco. No País, o MPT recebeu aproximadamente 5 mil denúncias de assédio moral em 2020 e cerca de 300 denúncias de assédio sexual.

Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

[Vote contra projeto que suspende cota de aprendizes na pandemia de Covid-19, em enquete da Câmara dos Deputados](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 10/09/2021

O SINAIT convida todos os que defendem a aprendizagem profissional a votar contra o Projeto de Lei 2.692/2021, que suspende a obrigatoriedade de contratação de aprendizes na pandemia de Covid-19, na enquete da Câmara dos Deputados. Acesse o link: <https://forms.camara.leg.br/ex/enquetes/2292309>, faça o cadastro e se certifique de finalizar a operação para computar o seu voto.

[PE – Fiscalização resgata 20 trabalhadores em obra na cidade de Tamandaré](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 09/09/2021

Auditores-Fiscais do Trabalho da Superintendência Regional do Trabalho em Pernambuco (SRT/PE) resgataram 20 trabalhadores submetidos a condições análogas à escravidão em uma construção civil no município de Tamandaré. A ação fiscal teve início no dia 30 de agosto, a partir da comunicação pelo sindicato laboral da ocorrência de um acidente de trabalho fatal, que vitimou um servente de pedreiro em canteiro de obras de um conjunto de flats a beira mar. O trabalhador morreu no hospital, após sofrer o acidente enquanto escavava uma área alagada, na colocação de um dreno em uma das piscinas do condomínio.

Outras Notícias

[TRT-3 condena empresa a indenizar trabalhadora a participar de culto religioso](#)

Consultor Jurídico - 12/09/2021

O juízo da 6ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região condenou em R\$ 9 mil, por danos morais, um supermercado que dispensou uma trabalhadora por justa causa de forma arbitrária, após ela ter sido coagida a participar de ritual religioso.

[ENIT disponibiliza curso sobre Ergonomia na modalidade à distância](#)

Revista Proteção - 08/09/2021

A Escola Nacional da Inspeção do Trabalho (ENIT), vinculada à Subsecretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) do Ministério do Trabalho e Previdência disponibilizou o curso “Conceitos Fundamentais em Ergonomia”, na modalidade de Ensino a Distância (EaD), ao público externo. O objetivo do curso é que os participantes sejam capazes de identificar, nos locais de trabalho, as situações que estão em desacordo com os pontos fundamentais da ergonomia. [Faça sua inscrição.](#)

[Fisioterapia do Seconci-SP: medidas de prevenção e cuidado para os trabalhadores da construção](#)

Revista Proteção - 08/09/2021

O Dia Mundial da Fisioterapia é celebrado anualmente, desde 1996, em 8 de setembro, data da fundação da Confederação Mundial de Fisioterapia (World Physiotherapy), criada em 1951. Marina Pinheiro Teixeira, supervisora do setor de Fisioterapia do Seconci-SP (Serviço Social da Construção), destaca a importância desse atendimento para os trabalhadores da construção que, pelas próprias características das atividades laborais, acabam muitas vezes sofrendo com problemas do sistema musculoesquelético.



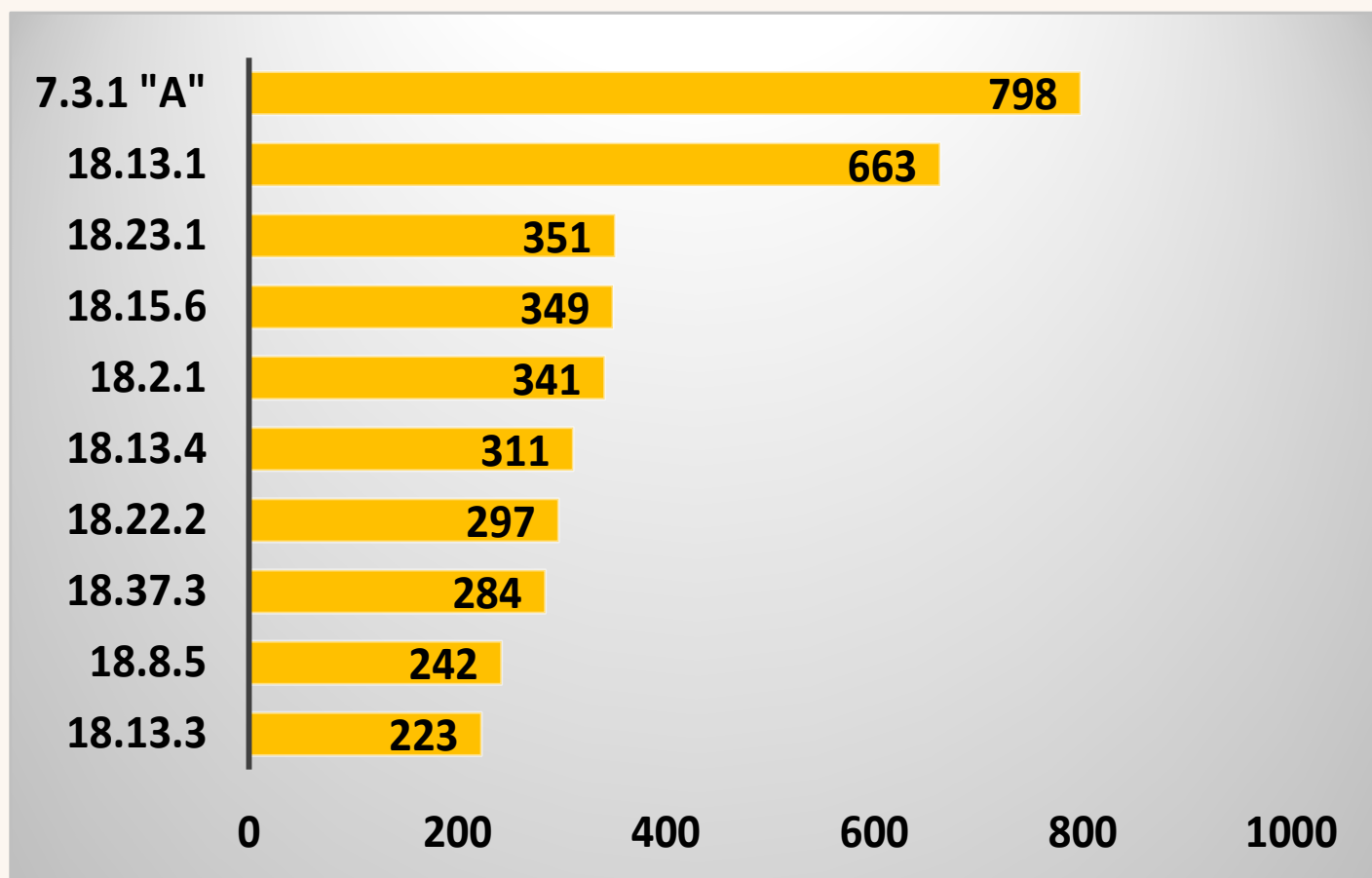
Atos Normativos

[PORTARIA INSS N° 922, DE 6 DE SETEMBRO DE 2021](#) (DOU de 09/09/2021 Seção I Pág. 89) - Orienta os usuários e os servidores do INSS acerca dos procedimentos necessários para remarcação da perícia médica.



Dados estatísticos de Fiscalização

Os 10 (dez) itens das Normas Regulamentadoras mais fiscalizados pela Auditoria Fiscal do Trabalho do Ministério do Trabalho e Previdência na Indústria da Construção (CNAEs 41, 42 e 43) no ano de 2021 (jan/jul):



Retificação: As extrações dos dados divulgados nas edições anteriores consideraram um período temporal maior do que somente a fiscalização realizada ao longo do ano de 2021.

Fonte: Sistema Federal de Inspeção do Trabalho - SFIT/MTP

Itens mais fiscalizados: É a soma de todas as rubricas utilizadas pelos Auditores Fiscais do Trabalho durante o exercício da fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) nos estabelecimentos empresariais. Esse quantitativo leva em consideração o número de “notificações/autuações”, “embargos”, “interdições” e “regularizado na ação fiscal”. Os atos fiscais do ME na área das relações de trabalho são assim contabilizados: RF 1 - Regular; RF 2 - Regularizado na Ação Fiscal; RF 3 - Irregular (autuação); RF 4 - Notificado; RF 5 - Embargo; RF 6 - Levantamento de Embargo; RF 7 - Interdição; RF 8 - Levantamento de Interdição.

7.3.1 Compete ao empregador:

a) garantir a elaboração e efetiva implementação do PCMSO, bem como zelar pela sua eficácia;

18.13.1 É obrigatória a instalação de proteção coletiva onde houver risco de queda de trabalhadores ou de projeção e materiais.

18.23.1 A empresa é obrigada a fornecer aos trabalhadores, gratuitamente, EPI adequado ao risco e em perfeito estado de conservação e funcionamento, consoante as disposições contidas na NR 6 - Equipamento de Proteção Individual - EPI.

18.15.6 Os andaimes devem dispor de sistema guarda-corpo e rodapé, inclusive nas cabeceiras, em todo o perímetro, conforme subitem 18.13.5, com exceção do lado da face de trabalho.

18.2.1 É obrigatória a comunicação à Delegacia Regional do Trabalho, antes do início das atividades, das seguintes informações:

- a) endereço correto da obra;
- b) endereço correto e qualificação (CEI, CGC ou CPF) do contratante, empregador ou condomínio;
- c) tipo de obra;
- d) datas previstas do início e conclusão da obra;
- e) número máximo previsto de trabalhadores na obra

18.13.4 É obrigatória, na periferia da edificação, a instalação de proteção contra queda de trabalhadores e projeção de materiais a partir do início dos serviços necessários à concretagem da primeira laje.

18.22.2 Devem ser protegidas todas as partes móveis dos motores, transmissões e partes perigosas das máquinas ao alcance dos trabalhadores.

18.37.3 É obrigatório o fornecimento gratuito pelo empregador de vestimenta de trabalho e sua reposição, quando danificada.

18.8.5. É proibida a existência de pontas verticais de vergalhões de aço desprotegidas.

18.13.3 Os vãos de acesso às caixas dos elevadores devem ter fechamento provisório de, no mínimo, 1,20m (um metro e vinte centímetros) de altura, constituído de material resistente e seguramente fixado à estrutura, até a colocação definitiva das portas.

EXPEDIENTE

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

José Carlos Martins

Presidente

Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)

Fernando Guedes Ferreira Filho

Presidente da CPRT

Gilmara Dezan

Gestora de Projetos e Assessora da CPRT

Queiroz Neto Advocacia & Políticas Públicas

Clovis Veloso de Queiroz Neto

Consultor CBIC e Responsável Técnico

Projeto Gráfico

Paulo Henrique Freitas de Paula